

Direito do Trabalho

Professor: Alice Leporaci

Extinção do Contrato de Trabalho. Art. 477 da CLT.

O art. 477 da CLT traz os **procedimentos que o empregador tem que observar quando do pagamento das verbas da rescisão.**

O art. 477 da CLT traz as formalidades quando da rescisão do contrato e serve para qualquer tipo de rescisão.

- ✓ Anotação de baixa na CTPS;
- ✓ Comunicação aos órgãos competente;
- ✓ Pagamento das verbas rescisórias.

Art. 477.CLT.

Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.

Com a reforma trabalhista, tivemos a revogação do §1º do art. 477 da CLT, que resultou na não obrigatoriedade da homologação das rescisões nos sindicatos, independentemente do tempo de contrato. Em qualquer lugar pode ser feita essa homologação.

Havendo cláusula em norma coletiva, determinando a homologação da rescisão, passa a ser obrigatória, pois está em norma coletiva.

No § 4º do art. 477 da CLT temos as **formas de pagamento das verbas rescisórias**. Sendo que o tipo de pagamento depende da condição do trabalhador.

Se o empregado sabe ler ou escrever, nesse caso, as partes entram em acordo em relação a forma de pagamento: dinheiro, depósito bancário, cheque visado.

Caso o empregado seja analfabeto, obrigatoriamente o pagamento terá que ser em dinheiro ou depósito bancário.

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado:

I - em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, conforme acordem as partes;

II - em dinheiro ou depósito bancário quando o empregado for analfabeto.

O prazo para pagamento das verbas da rescisão está no § 6º do art. 477 da CLT e incide para qualquer tipo de rescisão contratual.

O prazo para pagamento das verbas rescisórias é de **10 dias**, contados a partir **do término do contrato**.

Entende-se término do contrato como o **último dia trabalhado**. A partir do último dia trabalhado, o empregado tem o prazo de 10 dias para efetuar o pagamento das verbas da rescisão e proceder a entrega das guias.

Existe entendimento em sentido contrário, a partir do momento em que o aviso prévio, inclusive na hipótese de aviso prévio indenizado é que começaria a contagem desses 10 dias para efetuar o pagamento. Mas esse entendimento não é o majoritário.

Esse prazo de 10 dias serve tanto para **pagamento das verbas rescisórias**, quanto para **entrega ao empregado dos documentos que comprovam a comunicação da extinção contratual** aos órgãos competentes.

§ 6º A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

Haverá incidência de uma multa em caso de descumprimento do disposto no §6º do art. 477 da CLT. Essa multa não é especificamente para o empregado, mas sim junto ao Ministério do Trabalho.

§ 8º A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

O empregador, a partir da rescisão do contrato, tem o prazo de 10 dias para efetuar o pagamento das verbas rescisórias e fazer entrega das guias.

Caso esse prazo não seja obedecido, haverá o pagamento de uma multa, a favor do empregado, no valor de um salário base do empregado. Não é um valor de uma remuneração, salvo se comprovadamente o trabalhador der causa à mora. Obviamente, o empregador estará isento dessa multa, conforme prevê parte final do §8º do art. 477 da CLT.

A multa do art. 477 da CLT é uma combinação do §6º (prazo de 10 dias) com o possível descumprimento e o valor previsto no §8º, do mesmo artigo.

Além das comunicações previstas no caput do art. 477 da CLT, também é obrigação do empregador a anotação de baixa na CTPS. Até porque apenas com a anotação da baixa na CTPS, o empregado poderá sacar os valores referentes ao FGTS, conforme dispõe o §10º do art. 477 da CLT.

A anotação de baixa da CTPS é essencial para movimentar os valores depositados na conta do FGTS.

§ 10. A anotação da extinção do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social é documento hábil para requerer o benefício do seguro-desemprego e a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nas hipóteses legais, desde que a comunicação prevista no caput deste artigo tenha sido realizada.